



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 7344/2017

INQUÉRITO POLICIAL Nº 00624/2015

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PERNAMBUCO

PROCURADORA OFICIANTE: LÁDIA MARA DUARTE C. ALBUQUERQUE

RELATOR: FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA

MATÉRIA: Inquérito Policial. Possível crime de falsidade ideológica (CP, art. 299). Utilização por empresa pernambucana, de identificação pertencente a outra, sem o conhecimento e anuência dessa última, para figurar como responsável por despesas de aeronave quando de seu uso em meados de 2014 até o sinistro aeronáutico que vitimou o então candidato à Presidência da República Eduardo Campos. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR/MPF). Diligências demonstraram que foram produzidas faturas e notas fiscais relativas a serviços executados pela aeronave envolvida, com dados que não condizem com a realidade, com o fim de não atrapalhar a contabilidade da empresa prejudicada. Entretanto, diante das circunstâncias do caso, vislumbra-se que a fraude teria sido cometida para proporcionar a ocultação da pessoa que seria o verdadeiro proprietário do avião, bem como o responsável de fato pelas despesas com seu uso. É sabido que o avião estava sendo utilizado pelo então candidato à Presidência da República EDUARDO CAMPOS em sua campanha eleitoral. E há dúvidas quanto ao efetivo responsável pela aquisição da aeronave, já que a sua posse foi transferida imediatamente para utilização na campanha eleitoral. Entretanto, tramitou perante a PGE, Procedimento Preparatório Eleitoral nº 1.00.000.012768/2014-84 para apurar arrecadação e gastos de recursos de campanha eleitoral, inclusive nos aspectos relacionados ao custeio do avião sinistrado, bem como os aspectos inerentes à sua propriedade. Os fatos apurados relacionam-se com os investigados no procedimento eleitoral e estão abrangidos no objeto daquela investigação. No citado procedimento houve promoção de arquivamento em 11.03.2016, ressalvado o surgimento de fatos novos, em especial quanto à possível existência de doação acima do limite legal, além da existência de processo de prestação de contas junto ao TSE. Assim, a possível falsidade ideológica deve ser apurada no âmbito do MPE, não havendo razão para a continuidade da investigação no âmbito do MPF. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente,



MPF FLS. _____ 2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do Ministério Público Federal oficiante (fls. 242/245).

Devolvam-se os autos à origem, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 13 de setembro de 2017.

Franklin Rodrigues da Costa
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR/MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

MPF
FLS. _____
2ª CCR

/NL.